

O PRECONCEITO CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COMO ENTRAVE À JUSTIÇA SOCIAL

Uma análise do discurso crítica de comentários de leitores em jornal eletrônico.

Bárbara Nunes de Araujo Modesto¹

INTRODUÇÃO

“Convivem duas imagens contraditórias do Brasil no mundo atual: uma imagem complacente, composta por seu futebol, pelo carnaval, por sua música, por uma imagem jovial e alegre de seu povo, por suas telenovelas; junto a outra, dos massacres e da injustiça, da discriminação e da violência. Se nos perguntarmos qual das duas é real, teremos que dizer que ambas o são; e somente da compreensão de sua convivência e das contradições que encerram pode surgir uma visão real do Brasil, como país e como sociedade”.
Emir Sader – A Vingança da História (2003, p. 131)

No Brasil e em Brasília, uma das imagens mais contraditórias é a da desigualdade social², que ocasiona a convivência de pessoas cuja condição de vida se situa em extremos diversos no tocante a acesso a liberdades e direitos. Situam-se no extremo mais fragilizado as pessoas que estão em situação de rua, as quais encontram obstáculos ainda maiores à efetivação de seus direitos básicos, na medida em que a situação de rua passou a ser omitida como um problema social no discurso.

Neste trabalho apresento uma análise discursiva da intertextualidade e interdiscursividade dos comentários de leitores virtuais em relação ao texto “Quase metade dos moradores de rua está longe de casa há mais de 3 anos”, publicada em 20 de outubro de 2011 no *Correio Braziliense on-line*, o que permite identificar por meio das vozes e do léxico utilizado as ideologias compartilhadas por esses leitores a respeito das pessoas em situação de rua, retratadas na mencionada notícia jornalística.

A referida matéria inicia-se com a seguinte frase de efeito: “*Conforme se aproximam as festas de fim de ano, o brasileiro vê se multiplicarem as moradias precárias montadas à*

¹ Universidade de Brasília, graduanda em letras português e respectiva literatura.

² No *ranking* de 2006 do Banco Mundial, o Brasil figura como o 6º país mais desigual e injusto.

beira de ruas e nas áreas verdes da cidade, que abrigam dezenas de famílias”. Ela anuncia a chegada do final do ano, assim como as canções e os enfeites natalinos por toda parte.

Essa estrutura narrativa na mídia impressa brasiliense já é tão típica quanto o peru, a árvore e o papai Noel. Está sempre presente nos jornais, nesta época do ano, ao lado de manchetes sobre a expectativa de faturamento de lojistas, e os conselhos de como bem aproveitar o 13º salário. Entra ano, sai ano, e ela é repetida, sempre sugerindo oportunismo das pessoas que estão em situação de rua.

Utilizando-se dessa frase “clichê”, a notícia trata de forma muito peculiar a questão social das pessoas em situação de rua na cidade. A começar pelo foco principal, que é demonstrar como a presença de barracas de famílias em situação de rua no fim do ano faz parte de um problema maior e mais complexo em Brasília, tal qual prenunciado em seu título “quase metade dos moradores de rua está longe de casa há mais de três anos”.

O “problema maior e mais complexo”, segundo o texto, é evidenciado por meio da síntese dos resultados de uma pesquisa muito reveladora realizada pelo Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal, ação do projeto Renovando a Cidadania, apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF). Os dados da pesquisa são ilustrados por comentários de pessoas envolvidas com o projeto: Camila Potyara, Antônia Abreu, Maria Lucia Lopes e Dona Laurinha.

É de se esperar que a reportagem, ao fazer uma abordagem incomum, na medida em que inclui dados e pareceres especializados que divergem do consenso, em uma conformação de texto comum de final de ano, gerasse polêmica. Nesse passo, a publicação em meio virtual abriu espaço para que os/as leitores/as da notícia realizassem “comentários virtuais”. Essa forma de participação de leitores/as é peculiar ao jornal publicado em meio eletrônico, constituindo um novo gênero, pelo qual são feitas críticas à matéria jornalística. A facilidade, a rapidez, e o anonimato incentivam a participação e o debate – ou seja, é possível deixar mais de um comentário. Os comentários virtuais configuram então um gênero inovador de participação social de leitores/as, que merece atenção especial por parte de analistas de discurso.

A fim de participar desse debate, este artigo está organizado em cinco seções. Na primeira, será contextualizada socialmente a questão da situação de rua noticiada em “Quase metade dos moradores de rua está longe de casa há mais de 3 anos”. Em seguida, na segunda

seção, abordo o referencial teórico-prático que orienta esta análise. A terceira seção dedica-se a justificar a escolha do texto analisado, a partir de uma apresentação mais detida de sua composição. Na quarta seção, situo a representação discursiva *on-line*. Por fim, na quinta seção do artigo, passo à análise dos comentários realizados por leitores/as virtuais com base no referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUTH, 2001; RAMALHO; RESENDE, 2011) e da Linguística Sistêmica Funcional (HALLIDAY, 2004). Utilizando as categorias analíticas intertextualidade e interdiscursividade, o objetivo da análise é discutir possíveis efeitos de sentido do texto em tela sobre leitores/as, e identificar se os discursos incorporados por leitores/as se alinham mais com discursos hegemônicos ou com discursos de resistência, já que segundo Montecino (2013) os espaços de participação eletrônica costumam propiciar o desenvolvimento de discursos de resistência.

1 A SITUAÇÃO DE RUA NO DISTRITO FEDERAL E NO BRASIL

A “situação de rua” é uma denominação que, diversamente de “morador de rua”, designa a condição de certas pessoas sob o aspecto da transitoriedade (COSTA, 2009). Essa circunstância pela qual estão passando diversas pessoas no Brasil e no Distrito Federal é resultante de um processo social, já que o sistema gera a redução da satisfação de necessidades básicas dos indivíduos a ponto de retirar-lhes o poder de fazer escolhas livres, segundo seus valores e interesses (SEN, 2011).

A contrassenso do caráter provisório que indica a denominação “situação de rua”, a pesquisa cujos dados são parcialmente apresentados no texto jornalístico em análise, é de cunho quantitativo e decorrente do Projeto Renovando a Cidadania (2011). A pesquisa revela, como noticiado, que 45,3% das pessoas em situação de rua estão nessa situação há mais de três anos aqui no Distrito Federal, e 77% não têm casa para retornar, dependendo de albergues ou do acolhimento impróprio em marquises, viadutos e abrigos improvisados.

Como ressalta Pereira (2008), a situação de vida nas ruas de Brasília é ainda mais precária, pois aqui é ainda mais necessário se manter escondido, para evitar a violência e a repressão que expulsa as pessoas em direção às cidades satélites. Apesar das dificuldades, a mesma pesquisa revela, ainda, que apenas 10,6% vivem de esmola, sendo que o restante tem como fonte de renda o trabalho informal como flanelinhas, coletores/as de material reciclável, ou trabalham na construção civil. No trabalho acadêmico realizado por Pereira (2008), o qual se pautou sobre levantamentos realizados de 1995-2005, já se verificava a expressividade dos

trabalhos informais, superprecarizados, como meio de sobrevivência das pessoas em situação de rua.

No tocante à relação de trabalho, a pesquisa realizada no âmbito do Projeto Renovando a Cidadania apurou que 55,7% dos adultos em situação de rua já trabalharam com carteira assinada, mas, desses, 51,6% fizeram parte do mercado de trabalho formal apenas durante um período de até seis anos. Isso leva à conclusão, naquela pesquisa (2011, p. 89), que “o alto número de adultos em situação de rua no mercado informal de trabalho inibe a proteção previdenciária para este segmento social”.

A informalidade das atividades em que trabalham normalmente as pessoas em situação de rua, deflagrada na pesquisa, é, segundo Mattos e Ferreira (2004, p.49), um dos fatores que contribui para não legitimação dessas pessoas como integrantes do tecido social, uma vez que na sociedade capitalista a legitimidade social e a dignidade pessoal de um indivíduo são afirmadas pela ética no trabalho.

Segundo a matéria selecionada para ser analisada aqui, a maior parte da população em situação de rua no DF é do sexo masculino, apenas 4,2% são idosos/as, e apenas 18,9% são naturais do Distrito Federal, e 49,1% vieram para o DF em busca de trabalho. A isso se acrescenta o fato de ser baixa a taxa de analfabetismo – cerca de 80% sabem ler e escrever, e 69% possuem ensino fundamental incompleto.

Isso permite interpretar que, embora grande parte dessas pessoas esteja na faixa etária mais propícia ao trabalho, grande parte está à margem do mercado de trabalho, e consequentemente do sistema de produção, o que se deve, dentre outras razões, ao baixo nível de escolaridade e à inexistência de oferta de emprego para todos/as, o que os/as levou inclusive a migrar de suas cidades natais para capital do Brasil, que por muito tempo foi vista como um lugar com mais oportunidades.

Isso se confirma, diante da verificação de que os principais motivos que levaram as pessoas entrevistadas à situação de rua, segundo a pesquisa mencionada, foram: busca de trabalho, desemprego, perda de moradia e quebra de vínculos familiares.

Já a Pesquisa Nacional sobre a população em Situação de Rua promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2008) apurou os mesmos motivos em ordem distinta: alcoolismo e/ou drogas, desemprego e desavenças familiares. No entanto, Costa (2009, p. 80) critica o resultado obtido a partir da análise da composição dos

questionários utilizados, sugerindo que a ordem correta seria: quebra de vínculos familiares, alcoolismo e/ou drogas, e desemprego.

Silva (2009) ressalta que o fator econômico – ausência regular de trabalho e renda – é o principal motivo que leva à fragilização e rompimento dos vínculos familiares. Conclui-se a partir desse argumento que o desemprego, mesmo quando não é a causa principal da situação de rua, contribui decisivamente para gerar outras causas dessa situação.

Só no Distrito Federal havia pelo menos 2.365 pessoas vivendo nas ruas em 2012, e a desigualdade no Brasil ainda é preocupante, principalmente porque há uma grande distância social e econômica entre os/as brasileiros/as inseridos/as no sistema produtivo formal e os/as demais, que não só se encontram fora do sistema, mas completamente desamparados/as, inclusive desobrigados/as dos deveres de cidadania, e, conseqüentemente, destituídos/as dos direitos sociais básicos.

Sendo assim, a situação de rua deve ser compreendida, como sugere Silva (2009), como uma circunstância decorrente do processo de acumulação capitalista, responsável pela ampliação dessas desigualdades sociais e dos níveis de pobreza, e não decorrente apenas da responsabilidade do indivíduo por seus atos e escolhas.

De fato, segundo a Pesquisa Nacional (2008), 74,6% dos/as adultos/as em situação de rua não têm atualmente acesso a nenhuma política social, quando deveriam ser o alvo principal dos programas governamentais, já que são as pessoas mais carentes de recursos. Isso permite concluir, de acordo com a pesquisa realizada por Pereira e Siqueira (2010, p. 91), que “este é um grupo marginalizado dentro de outro grupo que já está à margem da sociedade capitalista, não tendo sequer seus direitos mais básicos, como o de vir e permanecer, garantidos”.

A ausência de acesso aos direitos básicos é confirmada em diversos segmentos da pesquisa (2011). Verificou-se que cerca de 80% das pessoas entrevistadas não possuem documentos como título de eleitor, carteira de trabalho, CPF, certidão de nascimento ou casamento, e carteiras de identidade e habilitação. O percentual é bem próximo ao obtido na Pesquisa Nacional (2008), que indica que 21,9% das pessoas entrevistadas possuem todos os documentos anteriormente listados.

A isso, adiciona-se a constatação de que todas as pessoas em situação de rua entrevistadas já foram impedidas de entrar em algum lugar ou de receber algum tipo de atendimento público.

Outro resultado interessante é que a maior parte dos/as filhos/as de pessoas em situação de rua estuda. Contudo, o que ocasiona regularmente obstáculo à continuação dos estudos é a ausência ou omissão do Estado na oferta de proteção social para as pessoas em situação de rua: inexistência de vagas, ausência de comprovante de residência e de outros documentos, discriminação, falta de uniforme e ausência de transporte público.

Por fim, na pesquisa do Projeto Renovando a Cidadania, 89,8% afirmaram considerar a situação de rua como algo negativo, seja por não ter abrigo, conforto, alimento, seja em razão da discriminação, das intempéries naturais e da violência da sociedade ou da polícia. As dificuldades enfrentadas nas ruas são determinantes para a busca da fuga da realidade por meio do uso de drogas, que costumam custar menos que comida.

Como se observa, a Pesquisa sobre a População de Rua no Distrito Federal obteve resultados muito similares aos do Sumário Executivo – Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua do MDS (2008), pretensamente nacional, o que reforça a ideia de que a maior parte das pessoas em situação de rua vive principalmente da renda de trabalhos informais, e não de “esmolas”, não é abrangida por qualquer programa social, não possui documentos e é vítima de discriminação em locais públicos e privados.

O preconceito contra as pessoas em situação de rua é um dos aspectos decisivos para a caracterização da situação de rua do ponto de vista de Silva (2009). Segundo ela, a discriminação pode ser percebida na linguagem e nas práticas higienistas – atos violentos que afastam as pessoas em situação de rua de determinados locais. É justamente o preconceito que se materializa em discursos hegemônicos que se pretende analisar na notícia selecionada como foco deste artigo.

2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E CATEGORIAS ANALÍTICAS

Neste trabalho, utilizo a Análise de Discurso Crítica (ADC) justamente por ser uma abordagem em princípio transdisciplinar, que permite um estudo da linguagem não autossuficiente, mas assentada numa visão científica de crítica, pela qual ela permite “prover uma base de questionamentos críticos da vida social em termos de justiça social e poder”.

(RESENDE; RAMALHO, 2011, p.11-24). Em termos metodológicos, busco realizar análises textualmente orientadas, ou seja, a crítica social é fundamentada na análise textual.

Destaca Fairclough (2001) que a prática discursiva pode ser convencional, de maneira a reproduzir a sociedade em funções linguísticas, mas também criativa, na medida em que contribui para transformá-la. Em virtude disso, é possível concluir que existe uma relação dialética entre discurso e estrutura social. Nesse sentido, as ideologias embutidas em determinado texto podem ser muito eficazes se forem naturalizadas ao ponto de se tornarem senso comum. Contudo, graças à característica transformadora da prática discursiva, as lutas sociais ou hegemônicas também podem ser capazes de mudar as ordens do discurso existentes.

Notadamente, a acepção de discurso adotada neste trabalho é a de Fairclough (2001), pela qual a prática discursiva, que se manifesta por meio de textos, faz parte da prática social. Isso implica dizer que o discurso é um modo de ação das pessoas sobre o mundo e sobre os outros, e um modo de representação e de significação do mundo. Assim, ele contribui para construção de identidades sociais, para as relações sociais e para construção do sistema de conhecimentos e crenças.

Os três efeitos descritos (ação, representação, significação) correspondem às três funções da linguagem, a identitária, a relacional e a ideacional, sendo que as duas primeiras foram reunidas por Halliday (2004) na função interpessoal. Uma última função tomada por empréstimo da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday foi a textual, que concerne ao modo de apresentação das informações em texto, de forma a dar-lhes maior destaque ou não.

A função textual/acional, segundo Fairclough (2003), pode ser analisada a partir da categoria analítica da intertextualidade, que se refere à dialogicidade da linguagem. Isso se expressa num texto escrito tanto por ele fazer parte de uma cadeia que responde a outros textos, quanto por articular diversas vozes.

Resende e Ramalho (2011, p. 65) definem a intertextualidade como “a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas”. Como categoria de análise, a intertextualidade oferece diversas possibilidades: verificação e identificação das vozes incluídas e excluídas, relação entre as vozes articuladas (harmonia, cooperação, tensão), o limite entre as vozes (discurso direto, indireto, paráfrase), a fidelidade das informações.

As conexões entre textos podem ainda se dar de formas diversas, como exemplificam Reisigl e Wodak (2009, p. 90): por meio de referências – específicas a um tópico ou a um agente, a um evento idêntico ou distinto; por meio de alusões; por meio de transferência de argumentos. Fairclough (2001) ainda acrescenta a negação como uma forma de analisar a conexão entre textos.

Objetivo com isso lançar luz sobre questões de poder no uso da linguagem, uma vez que a articulação das vozes tem por consequência a imposição de valor sobre o assunto e o/a autor/a, revelando processos ideológicos encobertos (RESENDE; RAMALHO, 2011).

A função representacional, que sugere o discurso como modo de representação de aspectos do mundo, também está imbricada com questões de relação de poder, na medida em que os discursos não representam apenas a realidade, mas também refletem projetos de mudança e de realidades distintas (RESENDE; RAMALHO, 2011).

Ligada a esta função está a categoria analítica da interdiscursividade, que sugere uma análise visando a identificação dos discursos articulados, sob o aspecto dos temas representados e a perspectiva particular, bem como a forma como são articulados. Na identificação dos discursos representados, a verificação do vocabulário é muito produtiva, porque é a partir do léxico principalmente que se distinguem as formas de representação do mundo.

Desse modo as referidas categorias analíticas orientarão as análises semiótico-discursivas empreendidas adiante sobre os comentários de leitores/as à notícia on-line em tela.

3 A ESCOLHA DA NOTÍCIA ANALISADA

A matéria “Quase metade dos moradores de rua está longe de casa há mais de três anos” informa principalmente que, segundo o Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal, as pessoas em situação de rua no Distrito Federal estão nessa situação em Brasília há mais de três anos. Essa premissa se contrapõe ao primeiro período do texto analisado, que remete a uma frase de efeito muito comum em matérias a respeito da situação de rua publicadas a cada fim de ano pela mídia jornalística brasileira³: “Conforme se

³ Dezembro de 2010:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/12/01/interna_cidadesdf,225616/populacao-de-rua-pode-aumentar-ate-80-neste-fim-de-ano-estima-sedest.shtml;
dezembro de 2011:

aproximam as festas de fim de ano, o brasileiro vê se multiplicarem as moradias precárias montadas à beira de ruas e áreas verdes da cidade, que abrigam dezenas de famílias”.

O paradoxo entre a estrutura selecionada e o tema principal chama atenção para o fato de que a presença de barracas de famílias em situação de rua no fim do ano, circunstância noticiada com frequência nessa época, faz parte de um problema maior e mais complexo, que é a “situação de rua”, e não se trata apenas de um problema sazonal, decorrente do ‘oportunismo de certas pessoas’, como é sugerido nas notícias a que remete a nota de rodapé.

O prenúncio de uma abordagem diferente aparece no trecho “para especialistas, a presença dessas pessoas representa apenas parte de um problema mais complexo”, tanto por se propor a falar da raiz do problema, como por utilizar o pronome demonstrativo “essas”, flexionado em número e gênero para concordar com o substantivo “pessoas”, que é retomado pela preposição “de”. Ao menos do ponto de vista gramatical, houve uma opção por estruturas que trazem maior grau de determinação, fazendo referência, e enfatizando, uma categoria nominal que denota o aspecto de humanidade, em contraposição à categorização por classificação.

O “problema maior e mais complexo” é noticiado com base na síntese dos resultados do Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal, resultado do projeto Renovando a Cidadania, apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF). Alguns dados desse censo foram inseridos na notícia, como os locais de pernoite, as fontes de renda e a violência sofrida por pessoas em situação de rua, desmistificando preconceitos formados pelo censo comum.

De maneira particularmente interessante, os resultados dessa pesquisa foram apresentados no texto analisado complementados por comentários de pessoas envolvidas com a situação de rua, e que contribuem com um ponto de vista não hegemônico sobre essa questão. São elas a socióloga Camila Potyara, que participou do Projeto Renovando a Cidadania, a coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua do DF, Antônia

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/12/14/interna_cidadesdf.282738/moradores-do-sudoeste-fazem-campanha-contr-a-doacao-de-dinheiro.shtml;

Outubro de 2012:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/10/16/interna_cidadesdf.328271/sem-teto-ja-ocupam-os-canteiros-da-capital-a-fim-de-pedir-esmolos.shtml;

Dezembro de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/12/14/interna_cidadesdf.403407/com-a-chegada-do-mes-de-dezembro-cresce-em-brasilia-o-numero-de-sem-teto.shtml;

Abreu, a professora Maria Lucia Lopes, doutora em política social e professora da Universidade de Brasília, e Dona Laurinha, mulher em situação de rua.

A recuperação dessas vozes é a grande novidade desta notícia, já que esse tipo de intertextualidade não é comum na mídia analisada quando se fala de assuntos ligados à situação de rua, privilegiando-se normalmente as vozes que legitimam o discurso hegemônico, como é o caso de autoridades policiais e fiscalizadoras, bem como moradores/as de Brasília.⁴

Camila Potyara, por exemplo, contribui com a mudança de olhar, atribuindo a classificação de “vítimas sociais” à população em situação de rua: “Temos uma quantidade muito grande de moradores de rua que vive escondida justamente porque saber que não é bem-vinda. Mas não podemos exterminar essa população de vítimas sociais. Condenar pessoas que já são sacrificadas é uma brutalidade absurda”. Ela ainda contribui com a desmistificação: “É preciso parar de olhar para eles como se fossem bandidos e criminosos”.

Antônia Abreu, por sua vez, denuncia as falhas das políticas públicas: “A lei [referência à Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto 7.053, de 2009] está pronta. No entanto, as políticas são violadas. Quem mora na rua está sofrendo uma grande higienização. Eles são enviados para o albergue, que, além de ser provisório, é um local de violência”.

Por fim, a contribuição da Professora Maria Lucia Lopes é no sentido de mostrar uma solução para o problema apresentado no texto analisado: “Tem que haver uma combinação para que seja uma política sustentável, não adianta colocar num abrigo. Muitas vezes, eles são discriminados, não conseguem atendimento em hospitais ou matricular os filhos nas escolas”.

A presença dessas vozes, que representam um movimento de luta anti-hegemônica, assim como a forma como elas são representadas, diz muito sobre o posicionamento político deste texto (evento discursivo) na rede de práticas sociais. O texto em foco foge da prática identificada por Frazão (2010, p. 32), que defende que “as matérias informativas não

⁴ O que as pesquisas acadêmicas têm verificado, em geral, é que as reportagens jornalísticas tendem a dissimular o problema da situação de rua, reforçando discursos hegemônicos, que enfatizam a naturalização da miséria e legitimam o expurgo das pessoas que estão nessa condição (ver, por exemplo, Resende, 2012). RESENDE, Viviane de Melo. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 2, Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de Maio de 2014. O que está em destaque aqui deve aparecer nas referências bibliográficas.

aprofundam o exame dos problemas sociais, apresentando-os muitas vezes com a conotação dada pelo senso comum, apesar de transmitir conhecimentos pragmáticos fundamentais”.

Além disso, o léxico usado para se referir às pessoas em situação de rua nessa parte do texto é composto por “moradores de rua”, “vítimas sociais”, “participantes do levantamento”, “população de rua”, “essas pessoas”. Essas designações, à exceção de “essas pessoas” e “vítimas sociais”, identificam os indivíduos a partir de um processo de objetivação⁵, já que a ênfase se encontra em “de rua” ou “do levantamento”, o que lhes retirar o aspecto semântico de individualidade, e, no caso de “moradores de rua” reforça uma conotação pejorativa.

Não obstante, nota-se que o foco principal, que é noticiar que a situação de rua em Brasília não é passageira, ficou em segundo plano no texto analisado, como resultado da escolha de uma forma tradicional de abordar a situação de rua tanto na introdução quanto na conclusão.

O início, como já vimos, consagra a máxima: “Conforme se aproximam as festas de fim de ano, o brasiliense vê se multiplicarem as moradias precárias montadas à beira de ruas e nas áreas verdes da cidades, que abrigam dezenas de famílias”. Além de recuperar uma estrutura consolidada, traz a ideia da multiplicação de moradias, que é um “botanismo”, ao comparar a construção de moradias com o surgimento e a procriação.

No mesmo sentido, ao final do texto, é retomada outra notícia sobre uma política de “higienização”, que consiste no “combate” à presença de pessoas em situação de rua em área nobre de Brasília por meio da inibição a prática de dar esmola. Vejamos o trecho final da notícia:

Em junho deste ano, o Conselho Comunitário de Segurança do Sudoeste (CCSS) lançou uma campanha contra a esmola no bairro nobre de Brasília. O objetivo da iniciativa é reduzir o número de pedintes e frear o aumento da criminalidade e do tráfico de drogas na região. Lojas que apoiam a medida passaram a exibir cartazes orientando a clientela a não dar dinheiro aos sem-teto que circulam pela área. Com a recusa, os moradores do Sudoeste esperam afastar os mendigos e flanelinhas que dependem do dinheiro doado nas áreas comerciais e residenciais do Sudoeste.

No parágrafo final, observa-se a opção por “pedintes”, “sem-teto”, “mendigos”, “flanelinhas”, no lugar do léxico anteriormente mencionado. Essas nomenclaturas estão ligadas a “esmola”, “criminalidade”, “tráfico de drogas”, acentuando a ideia de violência e de

⁵ Segundo van Leeuwen (1997) a objetivação ocorre quando os atores sociais são representados por referência a um local ou a algo associado a sua pessoa ou a sua atividade.

vadiagem, anteriormente contestadas. Nesse ponto, ocorre o que é denominado identificação, ou seja, as pessoas em situação de rua são definidas principalmente em termos do que supostamente são (RESENDE, 2012, p. 455, com base em VAN LEEUWEN, 2008, p.42).

Essas ideias a que se remete o texto no início e no fim fazem parte do senso comum, e, ao que tudo indica, são captadas mais facilmente pelos/as leitores/as, a despeito do tema principal, conforme se verifica nos 11 comentários virtuais realizados por leitores/as, como por exemplo: “O que falta, de verdade, para essa população de rua é VONTADE DE TRABALHAR!”; “*É a esmola que estimula e perpetua essa situação. NUNCA DÊ ESMOLA!* [...]”; “Vítimas sociais? E preciso rever este epíteto.”.

A princípio, esses comentários de leitores/as virtuais ratificam a constatação de Resende (2012, p. 448), com base em Nascimento: “estes grupos sociais passam a 'não ter direito a ter direitos', ou seja, sua condição de privação de direitos reconhecidos para outros grupos é naturalizada, passa a não ser percebida como um problema de injustiça (DEJOURS, 2003)”.

Com base no reconhecimento dos comentários como materialização de gênero discursivo, bem como da importância desse gênero atualmente, e, ainda, considerando a contribuição dos comentários ao texto analisado, é justamente nos 11 comentários mencionados que esta análise irá se concentrar. Antes, porém, na próxima seção, vamos nos dedicar à reflexão sobre esse gênero discursivo emergente e, na próxima, sobre o referencial teórico e as categorias analíticas empregadas na análise.

4 REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS EM COMENTÁRIOS DE JORNAIS ON-LINE

Montecino e Aguilera (2013) defendem que o meio eletrônico, especificamente no caso de comentários, revela ideologias que costumam ser obscurecidas, seja por medo ou por pudor. Sendo assim, o autor e a autora acreditam que as redes sociais e outros recursos virtuais contribuem para a criação de ambientes propícios ao desenvolvimento do discurso de resistência, na medida em que se abre um espaço para discussões substantivas de temas atuais no jornalismo on-line. Em contraponto, Marcuschi (2005) aduz que ainda não é possível concluir o impacto dos gêneros discursivos da internet, logo, abstém-se de afirmar categoricamente que seja um meio eficaz de lidar com as práticas pluralistas sem sufocá-las.

A revolução digital mudou também o conceito de audiência, já que os/as leitores não são meros/as receptores/as de informações, mas cidadãos/ãos que buscam meios de expressar suas opiniões. Desse modo, o jornalismo on-line, como asseveram Montecino e Aguilera (2013), é um espaço público de encontro de pessoas para práticas sociais, rompendo a ideia de monopólio burocrático da informação. Nesse sentido, Lemos (2008) que aponta que o leitor não é mero receptor da informação, mas coautor, na medida em que intervém expressando publicamente seu entendimento sobre o assunto.

Koch (2005) afirma que esse evento permitiu a reemergência da democracia deliberativa, pois se verifica uma variedade de registros que refletem as posições diversas que coexistem na sociedade – estratos conservadores, liberais e insurgentes. Lemos (2008) com base em Frederick van Amstel (2006) elege a descentralização, a liberdade, e a colaboração como os princípios fundamentais da rede web.

A imprensa em formato eletrônico permite também a comunicação com base em regras orais em um contexto de comunicação escrita, o que a torna mais convidativa à participação social e democrática, na medida em que não há uma preocupação com a correção gramatical, e com as regras do texto escrito, que engessam a livre expressão das críticas ao texto lido.

O resultado, portanto, da revolução digital e da emergência de jornais on-line, que permitem a participação de leitores/as virtuais por meio de comentários, foi possibilitar a modificação das relações de poder que se dão na sociedade e afetam as representações sociais próprias da consciência coletiva e impactam a ordem do discurso, já que nele se reproduzem as relações de dominação (MONTECINO; AGUILERA, 2013).

Para Fairclough (2001), o discurso como prática política permite estabelecer, manter ou transformar relações de poder, ao passo que o discurso como prática ideológica tem a capacidade de constituir, transformar, manter, naturalizar, e transformar os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. A esse referencial teórico dedico a próxima seção deste artigo.

5 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS VIRTUAIS DE LEITORES/AS À MATÉRIA “QUASE METADE DOS MORADORES DE RUA ESTÁ LONGE DE CASA HÁ MAIS DE 3 ANOS”

Montecino e Aguileras (2013), com base em Foucault (1970), justificam a análise discursiva crítica de comentários virtuais por transcenderem sua formulação original, incorporando práticas discursivas que transformam, remodelam, renovam e desconstróem ou ratificam a ação discursiva à qual se referem. A análise, portanto, das relações estabelecidas nos comentários, seja com o mundo ou com outras pessoas, permite conhecer também discursos hegemônicos consolidados no senso comum ou discursos alternativos, que resistem ao senso comum.

Destacam, ainda, a importância desse gênero por permitir construir, reconstruir e desconstruir indefinidamente visões de mundo, cujas representações emergem de elaborações de juízos que acompanham o dinamismo do contexto social e político em que estamos imersos.

Iniciando a análise desse ponto de partida, distingo as designações utilizadas pelos/as leitores/as virtuais para identificar pessoas em situação de rua na notícia “Quase metade dos moradores de rua está longe de casa há mais de 3 anos”. Bessa (2009), fundamentado em Rosa (2009), afirma que esse tipo de análise é eficaz para revelar preconceitos implícitos no discurso.

Nesse passo, Amartya Sen (2001, p.190) acentua que “o modo como uma pessoa é vista numa sociedade com disparidade racial pode ser profundamente influenciado por suas características raciais visíveis, e isso pode agir como uma barreira para possibilidades de funcionamentos em muitas circunstâncias”. Tal lógica pode ser interpretada de forma mais geral para considerar que o modo como uma pessoa é vista numa sociedade pode agir como uma barreira para o alcance de direitos, inclusive os fundamentais. Consequentemente, é relevante qualquer estudo sobre a forma como determinados grupos sociais se apresentam em textos, e a interrelação entre esses textos e entre eles e outros aspectos sociais.

Antes de iniciar a análise dos onze comentários escritos até 9 de abril de 2014 na página do *Correio Braziliense* por leitores do texto eletrônico escolhido, a minha impressão é que nenhuma daquelas pessoas tinha lido a reportagem, em especial a parte que informava os resultados do levantamento com a participação do atores envolvidos, mas apenas utilizado aquele espaço para expressar seus entendimentos pessoais sobre a situação de rua, que se coadunam com o senso comum, no sentido de considerar a situação daquelas pessoas como algo decorrente da escolha pessoal, relacionada à vadiagem, e destacando o despertencimento ao espaço urbano.

O primeiro passo da análise foi a produção de um quadro a partir das designações utilizadas nos comentários para se referir a pessoas em situação de rua presentes:

Denominações	Ocorrências
Morador de rua	5
População de rua	2
Pedinte folgado	1
Mendigo	3
Moradores da papuda	1
Pessoas	2
“Vítimas sociais?”, vítimas.	2
Pessoas trazidas para o DF	1

Fonte: elaboração própria

A denominação que prevalece nos 11 comentários é “morador de rua”, designação sugerida pela própria notícia comentada. Essa classificação engloba todos os indivíduos numa só classe (generalização), e é composta por duas palavras “morador”, que reúne o traço humano e o aspecto de perenidade, e “de rua”, que vincula as pessoas representadas a um local (objetivação). Isso ocorre também em “população de rua” e “moradores da papuda”.

A notícia é retomada nos comentários analisados, portanto, a partir da representação do grupo social envolvido na situação noticiada, prevalecendo, na identificação dos cidadãos e cidadãs em situação de rua, a condição de precariedade de moradia convencional e regular.

Todavia, no caso de “moradores da papuda”, o local responsável pela objetivação é uma prisão de segurança máxima situada em Brasília, o sugere claramente a criminalização da população em situação de rua, que por sua vez remete ao trecho da reportagem no qual se relembra a campanha de higienização realizada no Sudoeste, em que consta a seguinte redação: “o objetivo da iniciativa é reduzir o número de pedintes e frear o aumento da criminalidade e do tráfico de drogas na região.”

A generalização utilizada em diversos comentários é categorizada em outros quando empregadas as denominações: “pessoas trazidas para o DF”, “pedinte folgado” e “mendigo”. Nessas últimas designações, a representação dos atores sociais está ligada às atividades (funcionalização) de “mendigar” e “pedir”, e à ação sofrida, de “ser trazidos para o DF”, em estrutura de apassivação. “Vítimas sociais” é, na verdade, uma forma de representação

utilizada na notícia e que é questionada no comentário, e não uma designação escolhida pelo autor do comentário:

Autor: Ayrton Pisco

Vítimas sociais? E preciso rever este epíteto. Vítimas são as centenas de filhos que estas pessoas põem no mundo.

Nesse comentário, o autor recrimina a voz de Camila Potyara na matéria, que diz: “temos uma quantidade muito grande de *moradores de rua* que vive escondida justamente por saber que não é bem-vinda. Mas não podemos exterminar *essa população de vítimas sociais*. Condenar pessoas que já são sacrificadas é uma brutalidade absurda”.

Sen (2001), ao tratar dos entraves gerados pelo racismo com o qual pode ser feita uma analogia com a representação da pessoa em situação de rua, destaca que “o modo como uma pessoa é vista numa sociedade [...] pode agir como uma barreira para possibilidades de funcionamentos em muitas circunstâncias”. (SEN, 2001, p. 190).

Na voz da socióloga, incorporada de maneira direta na notícia para complementar a informação sobre os locais em que se abrigam pessoas em situação de rua, ela está claramente se reportando às ações de higienização, sejam as legitimadas pelo Poder Público seja a prática de violência clandestina.

Ela, que estudou profundamente a relação entre o Estado e população em situação de rua em Brasília, reporta em sua pesquisa a existência de moradias improvisadas inclusive dentro de buracos. Isso ocorre especialmente em Brasília, onde ser invisível é uma forma de evitar os maus-tratos e a repressão dos agentes governamentais incumbidos de manter a integridade da propriedade pública e privada (PEREIRA, 2008).

A escolha do vocábulo “exterminar”, ligado à guerra, sugere uma luta contra a população em situação de rua. É nesse contexto que a população em “situação de rua” é substituída por população de “vítimas sociais”, pessoas em situação de calamidade, que são cotidianamente alvo de maiores violências.

O autor da crítica, entretanto, não reconhece esse discurso, e fazendo referência à voz da socióloga a partir da recuperação de “vítimas sociais”, reforça a tensão, expondo o que para ele são as vítimas: as “centenas de filhos que estas pessoas põem no mundo”.

Esse trecho, por sua vez, se reporta ao discurso do controle de natalidade/ planejamento familiar, pelo qual as pessoas seriam consideradas como incapazes do ponto de

vista da liberdade de escolha, negando-se a eles o direito natural de procriar pela escassez de recursos econômicos, o que se observa pela preferência pelas palavras “centenas” e “por no mundo”.

Segundo esse ponto de vista, a liberdade da pessoa escolher a quantidade de filhos que deseja ter está intimamente ligada a sua capacidade econômica. Na perspectiva de Sen (2001), aqui há uma indicação de restrição à liberdade de reprodução, o que é inconcebível do ponto de vista da justiça social e do desenvolvimento, já que o que se almeja é justamente uma liberdade real de o indivíduo escolher ter a vida que tem razão para dar valor. (SEN, 2001, p. 136). A liberdade, ou escolha genuína, abrange a capacidade realizar escolhas no espaço não apenas do ter, mas também do fazer e, portanto, do ser.

Nesse passo, o comentário anteriormente mencionado corrobora o discurso segundo o qual a situação das pessoas que hoje estão na rua decorre de uma escolha pessoal, o que implicaria dizer que mereceriam ser responsabilizadas por suas escolhas – mesma ideia defendida em outro comentário, nos trechos “é mto fácil culpar os outros pela própria desgraça. Mas a pessoa em si é a maior responsável”:

Autor: Bruna

Tbm foi feita uma pesquisa apontando que 70 ou 80% dos moradores de rua são viciados em crack.. e isso a matéria não cita. Muitos tiveram empregos, e largaram.. a família abandonou por conta do temperamento.. é mto fácil culpar os outros pela própria desgraça. Mas a pessoa em si é a maior responsável

É assim que se justifica que apenas os/as filhos/as de pessoas em situação de rua são vítimas sociais, porque não tiveram a oportunidade de decidir se gostariam de ter nascido naquelas condições. Ou seja, para os filhos de pessoas em situação de rua se reconhece a incapacidade do ponto de partida para realizar escolhas livres, o que implica reconhecer que as condições de vida na rua são degradáveis, e retiram do ser humano sua natureza intrínseca de humanidade, conforme acentuado na teoria de Amartya Sen.

Sobral (2008) com base em Ribeiro (2003) acentua que as crianças nascidas em situação de rua em nada diferem das crianças criadas no âmbito de suas famílias em melhor situação, sendo as adversidades de suas vidas que as conduziram em sentido talvez diverso das demais.

Além disso, apesar da conotação que se dá ao fazer referência ao uso de drogas (categorização das pessoas, ligando-as a um fator negativo), por que o vício em drogas não é

também considerado como um limitador de capacidades ao invés de uma escolha pessoal? Para Sen (2001) a integridade física e mental também é uma das fontes de disparidade valiosas.

O comentário de Bruna também faz referência a outro texto, aqui não especificado: “foi feita uma pesquisa apontando que 70 ou 80% dos moradores de rua são viciados em crack”. A citação indireta, sem indicação de fonte, não tem qualquer compromisso com a verdade, como se pode verificar a partir dos dados anteriormente explicitados. Desse modo, a fronteira entre a voz da autora do comentário e a pesquisa sugerida é porosa, já que é a sua própria voz que serve de garantia da veracidade da informação que traz sem atribuição da origem dessa voz.

A concordância com o referido discurso é expressamente demonstrado em outro comentário:

Autor: PEDRO FREITAS

concordo plenamente com a BRUNA todos ten algo que fere a lei ou algum pricipio,ouça a linguagen deles tudo na gíria!! ali não ten ningen humilde, ou que vieram do interior do brasil infelismente a mairia é malandro e quer vida facil, brasilia é carente de caseiros e empregadas domesticas,querem?

O ponto de concordância entre o autor desse comentário, Pedro Freitas, e a autora do comentário anterior, Bruna, reside em “todos ten algo que fere a lei ou algum princípio”. Trata-se de uma interpretação baseada na equivocada informação trazida por “Bruna” de que a maioria das pessoas em situação de rua é usuária de crack. Note-se também a generalização em “todos”, que não só reforça a voz de Bruna, como a amplifica. O discurso subjacente é o da criminalização da população em situação de rua: são, de partida, culpados/as, e por isso podem ser condenados/as, sem que se gere mal-estar social por sua condição. Como culpados/as de partida, não podem ser considerados/as vítimas de uma situação social, mas apenas como responsáveis por suas ações.

Atribui-se, assim, à população em situação de rua, uma liberdade de escolha sem limites, uma vez que eles são os responsáveis por suas ações, sem se reconhecer que a liberdade lhes é tolhida de início. Para Sen (2001) a capacidade de escolha, logo, de gozo total de liberdades está relacionada à superação de diversas condições elementares que permitem que a pessoa faça, de fato, uma escolha livre segundo seus valores de boa-vida, ou seja, não direcionada por condições a que é injustamente submetida. Afirma o citado autor que: “*a liberdade tem de ser distinguida não apenas da realização, mas também de recursos e meios para a liberdade*”. (SEN, 2001, p. 75) Haja vista que para Amartya Sen, não dispor de

recursos, limita não só os instrumentos à disposição do indivíduo e aquilo que é possível obter com eles, como também os próprios objetivos e preferências que se formam durante a vida. (SEN, 2001, p. 13) Há, portanto, uma restrição geral à vida de escolhas genuínas, que é para Sen a “vida boa”.

Além disso, destaco ainda no comentário o preconceito linguístico na oração “ouça a linguagem deles tudo na gíria”. Um dos mitos perpetuados em nossa sociedade é de que as pessoas sem instrução falam ‘tudo errado’, mito baseado na ideia de que só existe uma língua portuguesa digna deste nome, a que esteja dentro do triângulo escola-gramática-dicionário. Se por um lado, no Brasil, a norma culta é reservada por questões de ordem política, econômica, social e cultural a poucas pessoas, acentuando as diferenças sociais, por outro lado, o domínio desta não favorece a ascensão de uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadã reconhecidos plenamente (BAGNO, 2002).

Os discursos fortemente ratificados pelos diversos comentários analisados anteriormente é justamente o que reforça a ideia de que as pessoas em situação de rua são criminosas, viciadas e ligadas a diversas atividades ilegais. Esses discursos, por sua vez, se contrapõem à voz contemplada na notícia que argumenta que “é preciso parar de olhar para eles como se fossem bandidos e criminosos”.

Também é fortemente combatida a voz citada na notícia que ensaia a desmistificação do discurso de que as pessoas em situação de rua são desocupadas (“apenas 10% dessa população vive de esmolas”), o que se observa pelo léxico utilizado: “malandro”, “vida fácil”, “carente de caseiros”, “empregadas domésticas”.

Mais uma vez ocorre uma falsa noção de liberdade, pois, partindo do pressuposto que as pessoas em situação de rua não são qualificadas, é apresentado um rol reduzido de funções que poderiam exercer, como se houvesse uma oportunidade de escolha. Omite-se que houve falha em garantir acesso à escola, à educação de qualidade, e que, em função disso, praticamente não há opção, mas um direcionamento, independente do desejo e das habilidades pessoais. Dessa forma, essas pessoas são destituídas da sua própria humanidade. Para Sen (2001) é fundamental considerar as diferenças intrínsecas aos seres humanos, tanto de ordem externa quanto características pessoais.

A tensão com as vozes articuladas no interior da notícia, que são mais ligadas às lutas contra o discurso hegemônico, e não com os trechos que se harmonizam com vozes do

discurso hegemônico, como a introdução e a conclusão da matéria jornalística, está presente em praticamente todos os comentários. Por isso, para a análise do ponto de vista do significado representacional, selecionei o vocabulário, e o separei por conteúdo semântico, a fim de distinguir os principais discursos veiculados, e montei o seguinte quadro:

Discurso	Vocabulário
Pessoas em situação de rua como vagabundas	esmola (x3), mendicância, Fácil, trouxa para ajudar, malandro, vida fácil, tiveram emprego, largaram, fácil culpar, adotar, esmola.
Pessoas em situação de rua devem se submeter a qualquer alternativa de trabalho, e não há qualquer problema nisso	“Trabalhar”, “servente”, “obras”, “trabalhadores”, “campo”, “trabalhe na roça”, “ter o que comer”, “dignidade”, “caseiros”, “empregadas domésticas”, “flanelinha”, “fonte de renda”.
Criminalização das pessoas em vulnerabilidade	Fere a lei ou algum princípio, ninguém humilde, viciados, crack, temperamento, invasão, invadir, Papuda, 33,2% já praticaram ato violento.
Liberdade: responsabilidade individual e liberdade limitada para realizar escolhas de boa-vida.	<u>Vontade</u> de trabalhar, quer vida fácil, querem?, largaram, culpar outros, própria desgraça, a pessoa em si é a maior responsável, vale apenas, curral eleitoral, centenas de filhos que essas pessoas põem no mundo,.
Migração, não pertencimento	No campo, mude para o interior, trabalhe na roça, vieram do interior, escolheram vir para cá, trazidas para Brasília
Problema que pode ser inclusive contagioso	Ajudar, ações, círculo vicioso, da-lhe um banho, mal cheiro, por toda residência, expulso de sua casa, tornou mais um mendigo, sanar, problemas, solução.

Fonte: elaboração própria

Nos comentários analisados, a população em situação de rua é claramente ligada à vadiagem, o que se faz pela utilização de dois campos semânticos que se contrapõem, ligados a “trabalhar” e a “fácil”. Note-se que à pessoa não é reconhecido o direito fundamental ao livre arbítrio de suas escolhas, da vocação, já que o trabalho sugerido está ligado às ocupações de que a sociedade carece, empregos que requerem uma mão-de-obra menos qualificada, como construção civil (“obra”, “servente”), agricultura (“campo”, “roça”), trabalho doméstico. Outro campo semântico é formado no emprego das palavras “fácil”, “ajudar”, “pedinte”, “folgado”, “malandro”. Por meio desses itens lexicais, se constrói o discurso de que a vida na rua seria uma forma mais fácil, dentre outras opções que a pessoa poderia realizar, e que seria portanto uma escolha pelo menor esforço, não uma situação em que a dignidade da pessoa é posta em risco.

Para complementar, destaco outro discurso presente nos comentários, já mencionado: o da responsabilização pessoal pelas escolhas, destacado no campo semântico da liberdade. Em diversos trechos apontam-se as pessoas em situação de rua como as únicas responsáveis

por estarem vivendo nessa condição, como se gozassem, na realidade, de capacidade para optar por essa forma de vida despida de direitos básicos: moradia, alimentação, saúde etc. Ao atribuírem a responsabilidade por si mesmos apenas aos indivíduos a partir de uma falsa noção de liberdade, a responsabilidade coletiva e o bem-estar social são esquecidos, e prevalece a ideologia liberalista-individualista da higienização, do expurgo e da naturalização destacada nos trechos inicial e final da matéria “quase metade dos moradores de rua está fora de casa há mais de 3 anos”.

Segundo Resende (2011, p.119) com base em Bourdieu (1997, p. 216), o discurso da responsabilidade pessoal faz parte de um discurso mais abrangente, o discurso neoliberal da globalização. Este carrega uma ideologia conservadora travestida de liberdade, que obrigou os países periféricos a reduzir suas despesas sociais. Além disso, a ideia inexorável de globalização é aceita por toda parte, quando na realidade é uma escolha política e econômica determinada por um modo de produção, o capitalista.

A mesma autora destaca que a injustiça social no mundo inteiro é naturalizada como uma etapa necessária ao desenvolvimento, uma vez é totalmente aceita a representação que concebe o consumo para uns em detrimento de outros como única forma possível de vida. (RESENDE; RAMALHO, 2011).

Na realidade, o termo desenvolvimento visa dar um objetivo social ao capitalismo, dissimulando o fato de que ele, ou a modernidade/progresso, não objetivam senão uma satisfação egoísta, que acentua as desigualdades, e provoca o aumento do desemprego e das situações de precariedade. No Brasil, o desenvolvimento não gera apenas desigualdade, mas efetiva separação entre grupos sociais (RESENDE; RAMALHO, 2011).

Outro discurso comum, principalmente em Brasília, é o do não pertencimento. Separei um campo semântico para destacar o vocabulário utilizado nos comentários: “nunca tem dinheiro suficiente para comprar a passagem”, “mude para o interior”, “vieram do interior”, “por que essas pessoas escolheram vir para cá?”, “trazidas para Brasília”. Todas esses trechos remetem ao discurso da exclusão, do não pertencimento dessas pessoas às cidades (meio urbano), para as quais a saída é em direção ao campo, onde em tese haveria trabalho.

O êxodo rural no Brasil foi considerável entre as décadas de 1950 a 1980, quando houve uma explosão do setor industrial e crescimento das cidades; em consequência disso, ocorreu efetiva urbanização da pobreza e inchaço das cidades (PEREIRA, 2008). Brasília só

foi inaugurada na década de 1960, e com o deslocamento da capital pretendia-se justamente povoar e desenvolver o interior do país. É, assim, uma cidade de migrantes por essência, mas em seu projeto urbanístico não foi prevista a imensa quantidade de pessoas que viria a atrair, e a migração foi rapidamente desestimulada, mas não paralisada, pois ainda hoje existe o mito de ser um lugar de oportunidades. Desse modo, as pessoas que vinham a Brasília acabavam por se somar aos miseráveis que aqui já habitavam.

Por essa razão, desde o início, em torno do Plano Piloto já se formaram acampamentos de pessoas cuja entrada foi barrada, que só crescem ano após ano, já que o limitado plano não comporta o crescimento populacional. Portanto, desde os primórdios há uma tendência em empurrar as pessoas para as ‘cidades satélites’ ou para suas cidades de origem, negando-lhes o direito de permanecer.

O contexto histórico de Brasília contribui para que a situação de rua seja peculiar em relação aos demais estados, pois, de fato, a migração vinculada à falta de oportunidades é uma das razões de desencadeamento da miséria nessa cidade, o que não justifica, contudo o discurso da exclusão, apenas lhe evidencia a origem. O mundo é, assim, lexicalizado de maneira a legitimar a exclusão e a ideia de não pertencimento das pessoas em situação de rua.

Por fim, o discurso da doença/problema é revelado por meio das palavras destacadas no quadro apresentado, que reúne os vocábulos utilizados em todos os comentários. Um comentário, no entanto, enfatiza de sobremaneira essa ideia:

Autor: Ed Costa

Conheço um amigo que levou um mendigo conhecido seu para dá-lhe um banho na sua residência, 10 dias depois o mal cheiro ainda continuava por toda a residência, por causa desse banho lembro que quase o mesmo foi expulso da sua casa pela esposa, ou seja quase tornou mais um mendigo.

No referido comentário, os trechos que melhor indicam o discurso em comento são: “dá-lhe um banho”, “10 dias depois o mal cheiro ainda continuava por toda a residência”, “quase se tornou mais um mendigo”. Em “dá-lhe um banho” há a noção de sujeira, de falta de higiene e cuidados pessoais, que continua em “mal cheiro”, mas assume um aspecto de propagação pela expansão no tempo “10 dias depois” e no espaço “por toda a residência”, e finalmente, a contaminação, em “tornou mais um mendigo”, ficando clara a negatividade da transformação pelo uso da designação “mendigo”.

Sobral (2008) com base em Figueiredo (1994) narra que a ideia de “contaminação” é reforçada desde o século XVI, na época das grandes navegações, quando o medo do novo carregava inúmeras formas de ameaça. Em função disso, passou a ser espalhado o medo de contágio para evitar ameaças à alteridade concomitante às perseguições de “hereges”, “seres fronteirios”, “transgressores” e “potenciais contaminadores”. Acrescenta, com base em Rizzini & Butler (2003) que a ideia de “tratamento” está ligada ao interesse de manter inalterada a situação dos grupos marginalizados, ou seja, faz parte do discurso hegemônico.

Ser classificado como uma “doença” e, em outros trechos, como um “problema”, contribui, portanto, para justificar o expurgo das pessoas em situação de rua, bem como a naturalização dessa situação, na medida em que, quando se colocam em primeiro plano os efeitos sobre os grupos socioeconomicamente incluídos, passa despercebido o fato de seres humanos terem negados seus direitos sociais básicos (RESENDE, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, com base nas categorias analíticas intertextualidade e interdiscursividade, foram registradas as relações entre os comentários e a notícia, bem como dos comentários entre si, e a identificação e articulação dos discursos presentes.

A análise permitiu observar que, ao contrário do resultado obtido por Montecino e Aguilera (2013), aqui se verifica que os comentários não “desarmam o discurso oficial e tornam visíveis discursos de resistência”, ao contrário, estão completamente vinculados ao senso comum. Isso reforça o argumento da pertinência de comentários em notícias on-line como objetos para análises discursivas críticas.

Por sua vez, os discursos que reforçam a ausência de pertencimento, a criminalização, a responsabilização individual, a percepção das pessoas em situação de rua como doença/problema estão intimamente ligados aos parágrafos inicial e final da notícia “Quase metade dos moradores de rua está em casa há mais de 3 anos”, em que as estruturas repetem a abordagem esperada sobre o tema em questão.

Por outro lado, os comentários combatem de forma direta e efusiva as vozes ligadas a discursos e lutas de resistência articuladas ao texto da notícia.

Verifica-se, assim, que no senso comum veiculado nos comentários analisados a situação de rua está naturalizada, bem como estão presentes os discursos mencionados, que

justificam o expurgo das pessoas em situação de rua, e que reforçam o preconceito, a ponto de se criticarem os discursos de resistência e os resultados do censo apresentado na pesquisa, com base em pressuposições consideradas como dadas, e que resultam na negação de direitos sociais básicos e fundamentais à população em situação de rua, e na ratificação de um sistema perverso que acentua as diferenças sociais.

Referências

BRASIL. **Sumário Executivo:** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília. 2008

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico – o que é, como se faz*. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002

COSTA, Décio Bessa da. Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social. 2009. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GATTI, Bruna P; PEREIRA, Camila P (Orgs).**Projeto Renovando a Cidadania:** pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso & mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 316 p.

FRAZÃO, Theresa Christina Jardim. **O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico**. 2010. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Departamento de Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Cap. 1.

Koch, A. **Cyber citizen or cyborg citizen: Baudrillard, political agency, and the commons in virtual politics**. Journal of mass media ethics, 20(2&3), 159-175, 2005.

LEMOS, Lúcia. **O poder do discurso na cultura digital: o caso do twitter**. 1ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso. 27 a 29/03/2008. Disponível em: <http://www.dle.uem.br/jied/pdf/O%20PODER%20DO%20DISCURSO%20NA%20CULTURA%20DIGITAL%20lemons.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2014.

MARCUSHI, L. A. **Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital**. Texto da Conferência pronunciada na 50ª Reunião do GEL/USP, maio de 2002. Arquivo particular em PDF.

MATTOS, Ricardo Mendes, FERREIRA, Ricardo Franklin. **“Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua”**. Psicologia & Sociedade, São Paulo, no 16/ Maio/agosto de 2004, pp. 47-58

MONTECINO, Lésmer A. Montecino; AGUILERA, Maria C. A. Representaciones discursivas em comentários de blogs de ciberperiódicos chilenos. Cadernos de Linguagem e Sociedade. V. 14, número especial, 2013. p. 278- 304

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília**. 2008. 127 p. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** Campinas: Pontes, 2006.

RESENDE, Viviane de Melo. **Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro.** Ling. (dis)curso, Tubarão , v. 12, n. 2, Aug. 2012 . Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322012000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 de maio de 2014.

RESENDE, V de M; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2011.

REISIGL, Martin; WODAK, Ruth. The discourse-historical approach (DHA). In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org). **Methods of critical discourse analysis.** 2 ed. Londres: Sage, 2009, p.87-121

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (Brasília). Presidência da República. **Classe média em números.** Disponível em:
<<http://sae.gov.br/novaclassemedia/numeros/>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada.** Rio de Janeiro: Record, 2001. 301 p.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil: Cortez, 2009.

SOBRAL, Maria de Lemos. **Trajetória de vida: um estudo sobre a complexidade da experiência na rua.** 2008. 160 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.